

Diniz considera metas apertadas e ambiciosas

SÃO PAULO — Apesar de não conhecer na íntegra a carta de intenções apresentada pelo Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o Diretor-Superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, disse ontem que as metas de política econômica acertadas pelo Governo com o FMI como compromissos para 1984 são "extremamente apertadas e ambiciosas". Zero de déficit público e inflação de 55 por cento no próximo ano são proposições que, a rigor, irão manter a economia do País em um longo período de recessão, disse Diniz.

Diante deste quadro, o temor dos empresários é o que a situação social se torne mais grave — com o desemprego, que já é assustador, assumindo feições de uma tensão social insuportável. Diniz disse recear, também, que as empresas privadas nacionais, já excessivamente descapitalizadas, não possam suportar um período mais prolongado de aperto econômico.

— A mais difícil das metas acertadas com o FMI (e a mais reveladora) da grave recessão que enfrentaremos o ano que vem é a de obtenção de um superávit comercial de US\$ 9 bilhões — afirmou Diniz. — Para tanto, as importações terão que ser contidas em US\$ 15 bilhões, valor igual ao das importações deste ano. Mas, se considerarmos uma inflação mundial de cinco por cento este ano, haverá, na realidade, uma queda real no volume importado. A indústria não conseguirá sobreviver importando apenas US\$ 15 bilhões. Es-



Abílio Diniz

se valor é totalmente insuficiente — afirmou.

O Diretor-Superintendente do Pão de Açúcar recebeu ontem o título de "Administrador Emérito", conferido pelo Conselho Regional de Técnicos de Administração — oitava região, em almoço no Maksoud Plaza Hotel. Em seu discurso, Diniz afirmou que há necessidade de se fazer "alguma coisa para reverter a curva do desemprego" e sanar a subcapitalização das empresas, dos municípios, e dos Estados.

Diniz elogiou a atitude do Presidente Figueiredo, de enviar a carta

de intenções ao Congresso Nacional, que terá, em sua opinião, a oportunidade de analisá-la e discuti-la soberanamente. O empresário classificou a atitude do Presidente de "sébia decisão", e afirmou, em seu discurso, que o Presidente não o fez por atender a dispositivo constitucional, mas como gesto de boa-vontade e predisposição ao diálogo, além de um sinal de aproximação maior com a sociedade.

Apesar de mostrar-se cético com relação a um pequeno reaquecimento da economia brasileira no próximo ano, isto poderá ocorrer — ou, ao menos, a recessão não se agravar —, se o Presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, tiver êxito em sua intenção de reduzir as taxas de juros. Diniz afirmou, contudo, que não vê possibilidade de queda substancial nos juros se toda a política econômica não for alterada em profundidade. Se os juros cairem, garantiu Diniz, as dificuldades de 1984 serão menos insuportáveis.

De qualquer forma, com a assinatura do acordo com o FMI e a consequente liberação de recursos pelo FMI, haverá, na visão do empresário, um alívio de curto prazo no setor externo da economia. Poderão ser pagos parte dos juros em atraso e retomados os fluxos do comércio exterior, e o País poderá diminuir as atuais dificuldades para obtenção de créditos à importação e à exportação.